

**CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
**ATA DA 52ª REUNIÃO**

**Data:** 06 e 07 de fevereiro de 2007.

**Local:** Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Edifício Sede da Codevasf, SGAN 601, Lote 01, Brasília/DF

**Início:** 10h40 do dia 06 Término: 16h30 do dia 07

**MEMBROS PARTICIPANTES:**

• **Ministério do Meio Ambiente/SRH:** Cláudia Ferreira Lima – claudia.lima@mma.gov.br

• **Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Fernando Roberto de Oliveira – fernando@ana.gov.br

• **Ministério da Saúde:** Ênio Fernandes Amorim – enio.amorim@funasa.gov.br

• **Ministério de Minas e Energia:** Marcelo Medeiros – marcelo@df.cprm.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES:** Soraya Martins Malacarne – somalacarne@iema.es.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB:** ausência

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL:** Carlos Alberto Martins – cmartins@rn.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT:** ausência

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – BA/CE:** ausência

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ:** ausência

• **Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** Walder Suriani – aesbe@aesbe.org.br

• **Indústrias:** Cesar Augusto P. Grandchamp - cesar.grandchamp@caemi.com.br

• **Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo:** Wilson de Azevedo Filho – azefilho@hotmail.com

• **Irrigantes:** Wilson Agostinho Bonança – wbonanca@srjundiai.com.br

• **Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** ausência

• **Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** João Carlos Simanke de Souza – jsimanke@terra.com.br

• **Organizações Não Governamentais:** João Clímaco Soares Mendonça – climaco@uai.com.br

**CONVIDADOS:**

• Denise Alho (PETROBRAS) – denisealho@petrobras.com.br

• Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso (ANA) – fabricio.cardoso@ana.gov.br

• Helder Naves Torres (MME) – helder.torres@mme.gov.br

• Ingrid de Carvalho (PETROBRAS) – ingrid.fujb@petrobras.gov.br

• Maria Helena Alves (CESAN) – helenalves@cesan.com.br

• Patrícia Boson (CNI) – tita@uaigiga.com.br

• Roberto Alves Monteiro (SRH/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br

• Thaís Xavier Margalho (Elabore) – thais.margalho@elabore.com.br

• Thales de Queiroz Sampaio (MI/SIH) – thales.sampaio@integracao.gov.br

**RELATORIA:**

• Aureliano Cesar Martins Silva (SRH/MMA) – aureliano-cesar.silva@mma.gov.br

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 10h40 do dia 06 de fevereiro de 2007, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**, Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, deu início à 52ª reunião da CTAS, a primeira do ano. Saudou e desejou boas vindas a todos, na expectativa de que o ano que se inicia seja muito produtivo. Passou ao **Item 1 – Informes** e anunciou a nova composição da CTAS

53 procedendo a leitura dos nomes dos membros e suas respectivas instituições, para o período  
54 01/02/2007 a 31/01/2009. A seguir concedeu a palavra ao Sr. **Fabiano Chaves da Silva**  
55 **(SRH/MMA)** para informar sobre a oficina de trabalho solicitada pelo Secretário Executivo do  
56 CNRH, Sr. João Bosco Senra. O Sr. **Fabiano Chaves da Silva (SRH/MMA)** informou sobre a  
57 realização da “Oficina Detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH” nos dias 19 a 21  
58 de março, em Brasília, com a convocação de todas as câmaras técnicas do CNRH. Demonstrou a  
59 página disponível no site do CNRH contendo o programa e todas as informações sobre o evento,  
60 assim como a importância de preenchimento da ficha de inscrição. Colocou-se à disposição para  
61 maiores esclarecimentos, agradeceu pela oportunidade de divulgação na CTAS e desejou uma boa  
62 reunião a todos. O Sr. **João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** solicitou, como de praxe, a auto  
63 apresentação de todos para melhor identificação dos presentes, tendo em vista o próximo item da  
64 pauta. Findadas as apresentações, em atendimento à solicitação, abriu a palavra para  
65 complementação dos informes. A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** reportou-se à discussão para  
66 determinação de classes e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas, no  
67 âmbito do CONAMA, ao processo de desassociação de águas superficiais e subterrâneas, que  
68 determinou pela Resolução nº 357 os procedimentos para as águas superficiais, ao atual processo de  
69 discussão em separado para as águas subterrâneas e às atividades do grupo de trabalho criado por  
70 portaria ministerial, GT da CTCQA, com objetivos claramente estabelecidos de: definir as classes  
71 de águas subterrâneas e elaborar as diretrizes ambientais para o enquadramento das águas  
72 subterrâneas. Relatou que após um ano, esse grupo ainda não conseguiu objetividade no seu  
73 trabalho, devido a insistência em estabelecer critérios e diretrizes de proteção para as águas  
74 subterrâneas. Lembrou que nesta CTAS também já se discute a algum tempo diretrizes para  
75 proteção e conservação das águas subterrâneas, o que considerou duplicidade e superposição de  
76 trabalho. Como agravante, informou que o GT que discute áreas contaminadas no CONAMA  
77 também estaria atuando no estabelecimento de áreas de proteção para águas subterrâneas.  
78 Considerou isso tudo como resultado de uma crise de competência existente tanto no CONAMA,  
79 quanto no CNRH, prejudicial aos usuários e contribuintes que precisariam atender às demandas de  
80 dois órgãos diferentes para o mesmo assunto. Informou as providências que tomaria como  
81 conselheira em ambos Conselhos, com o encaminhamento de parecer aos seus Secretários  
82 Executivos, para que intervenham no sentido de estabelecer claramente, com o apoio da  
83 CONJUR/MMA, o modo de trabalhar nos termos de nossa competência ou elaborar uma resolução  
84 única em dos conselhos. Nesse aspecto considerou, sem dúvida alguma, a CTAS/CNRH como o  
85 fórum competente para esse trabalho. O Sr. **Fernando Roberto de Oliveira (ANA)** solicitou  
86 aparte, na condição de relator do GT da CTCQA e concordou com parte da manifestação da Sra.  
87 **Patrícia Boson (Indústrias)** porque o questionamento apresentado contemplaria no máximo dois  
88 ou três artigos da proposta de resolução, que seriam objeto de trabalho da CTAS. Confirmou a  
89 inexistência de consenso sobre o tema no âmbito do GT da CTCQA e sugeriu a realização de um  
90 encontro entre os membros desses dois fóruns, antes da adoção de medidas mais açodadas. O Sr.  
91 **João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** informou o recebimento de convite para que os membros  
92 da CTAS participassem da reunião do GT no período da tarde. Enfatizou sua convicção de que a  
93 Resolução CONAMA 20 não foi a ideal, mas foi aplicada durante anos, posteriormente substituída  
94 pela resolução nº 357 que colocou a água subterrânea no “*buraco negro*”, contrariando as  
95 manifestações de diversos setores, inclusive desta câmara técnica. Lembrou que mesmo assim foi  
96 aprovada por uma esmagadora maioria, como a resolução das águas superficiais. Portanto, entre não  
97 ter nada e ter essa resolução agora discutida no CONAMA, que recebeu de fato essa competência,  
98 alertou para a necessidade de cuidados e precauções porque, como todos conhecem, a tramitação  
99 dos processos no CONAMA possui prazo fixado, que quando expirado encaminha a matéria para  
100 votação, na forma em que estiver, independentemente de estar boa ou ruim. Isso possibilita a  
101 criação do “*monstro*” a ser cumprido, resultando muitas vezes em contestação judicial e a derrota  
102 do governo, como já testemunhamos em outras oportunidades. Reafirmou sua convicção de que a  
103 competência desse assunto caberia à CTAS, motivo pelo qual a câmara estaria trabalhando na  
104 proposta de resolução para o estabelecimento de diretrizes para a proteção e conservação das águas

105 subterrâneas. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** discordou da reunião conjunta, neste momento,  
106 por considerar a proposta de resolução da CTAS necessitaria de melhor definição na CTAS.  
107 Discordou também que a resolução 357 foi aprovada por grande maioria, em sua opinião muitos se  
108 excluíram do processo de discussão e votação. Questionou a metodologia de tramitação dos  
109 processos, que resultariam na pouca efetividade das resoluções do CONAMA e disse que após  
110 protestar até o último momento, sem resultado, optou por essa decisão mais extrema. Concluída a  
111 discussão, O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** manteve aberta a palavra para  
112 complementação dos informes. O **Sr. João Clímaco Soares (ONG)** cumprimentou a todos  
113 justificou sua presença nesta câmara devido às dificuldades existentes no segmento, para indicação  
114 de seus representantes. Abordou o problema da poluição do carst no Estado do Paraná, com o  
115 entendimento de essa questão poderia ser estendida para todo o Brasil e solicitou a inclusão desse  
116 assunto na pauta da próxima reunião. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** esclareceu  
117 que a manifestação da câmara seria o encaminhamento de proposta de moção ou resolução para  
118 deliberação do CNRH. Justificou a não inclusão em pauta, até o momento, porque a idéia seria  
119 aprofundar a discussão na câmara, talvez um convite ao Estado do Paraná para apresentar a matéria  
120 e após essa apresentação definir a melhor forma de encaminhamento. A **Sra. Patrícia Boson**  
121 **(Indústrias)** admitiu que algumas apresentações seriam interessantes para focalizar todos os  
122 problemas. Aventou a possibilidade da Secretaria Executiva do CNRH identificar, via consulta, os  
123 problemas existentes e quem estaria trabalhando nesse assunto. Citou os casos de Lagoa Santa. O  
124 **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** complementou a citação mencionando o Projeto  
125 Jaíba, Montes Claros, Recife e o Estado do Rio Grande do Norte. Sugeriu a realização de um  
126 seminário com três ou quatro apresentações para produzir a proposta moção ou resolução. A **Sra.**  
127 **Cláudia Lima (SRH/MMA)** apontou a dificuldade de entendimento das pessoas para esse assunto  
128 mais específico e sugeriu uma explanação mais detalhada. Em atendimento, O **Sr. João Carlos**  
129 **Simanke de Souza (OTEP)** fez um breve relato sobre a formação calcárea, exemplificou com o  
130 caso de Cajamar e encaminhou para a conclusão do assunto, acordou em convidar o Estado do  
131 Paraná para realizar uma apresentação na CTAS, com a indicação dos nomes pelo **Sr. João**  
132 **Clímaco Soares (ONG)**. Não havendo mais informes, O **Sr. João Carlos Simanke de Souza**  
133 **(OTEP)** passou ao **Item 2 – Eleição do Presidente da CTAS**, conforme previsto no Regimento  
134 Interno do CNRH. Externou sua intenção de permanecer na Presidência da Câmara e abriu a palavra  
135 para novos postulantes ou indicações. A **Sra. Patrícia Boson** ressaltou que a presidência das câmaras  
136 técnicas deveria estar dividida entre os diversos segmentos que compõem o CNRH. Citou como  
137 exemplo a sociedade civil na presidência das câmaras, CTPNRH e CTCT. Lamentou que na última  
138 eleição da CTCOB o segmento usuários não foi reconduzido à presidência e que a CTAS seria a  
139 última câmara com a possibilidade de prosseguir com um representante desse segmento na presidência.  
140 Teceu diversos comentários sobre o cargo de Presidente de Câmara Técnica, como: reeleição;  
141 cargos vitalícios; rodízio de segmentos na função; falta de confiança nos representantes do  
142 segmento e sugeriu o envio de ofício ao Presidente da CTIL com solicitação de inclusão na pauta da  
143 revisão do Regimento Interno, especialmente no que diz respeito à reeleição dos presidentes de  
144 câmaras técnicas. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** concordou com o envio do ofício  
145 e contrapôs que, a exceção da CTIL, por ser estratégica, os presidentes das câmaras técnicas, em  
146 especial o da CTAS, conduzem os debates de forma imparcial, transparente e sem interferência nos  
147 trabalhos em favor do segmento que representa. A **Sra. Maria Helena Alves (Prestadoras)** atestou  
148 a existência de preconceito em relação aos representantes do segmento usuários em alguns fóruns e  
149 que a condução imparcial dos trabalhos poderia mudar esse enfoque. O **Sr. João Carlos Simanke**  
150 **de Souza (OTEP)** concordou com a necessidade de revisão do regimento para dar impessoalidade  
151 ao cargo, porque atualmente o cargo vitalício da CTIL existe, por entendimento do Governo  
152 Federal, que possui o “*fidel da balança*”. Lembrou ainda, que na composição das câmaras técnicas  
153 os segmentos apenas manifestam o interesse de participação e a CTIL escolhe este ou aquele, de  
154 acordo com sua importância ou interesse, para deliberação do Plenário. Avaliou que a única forma  
155 de alterar esse cenário seria mudar o Regimento Interno impedindo ou permitindo apenas uma  
156 reeleição. A **Sra. Patrícia Boson (Indústria)** concordou com a manifestação e sugeriu encaminhar

157 à CTIL a solicitação de revisão do regimento nos aspectos relativos à composição das câmaras, com  
158 a homologação de uma proposta da câmara técnica e à condução do presidente. O **Sr. Fernando**  
159 **Roberto de Oliveira (ANA)** observou que seria processo eleitoral, reeleição e não a condução da  
160 presidência. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** observou que nas câmaras técnicas  
161 não existe o critério da proporcionalidade, porque o governo abriu mão desse direito, de forma  
162 salutar para o processo, se houvesse, o Governo Federal sempre estaria na presidência das câmaras.  
163 Manifestou seu apoio à essa iniciativa, mas alertou para possibilidade de não haver ressonância  
164 pelas implicações de quem detém o poder. Questionou a falta de coincidência dos mandatos dos  
165 conselheiros, membros e presidentes de câmaras técnicas, que provocariam a descontinuidade e  
166 perda dos trabalhos. O **Sr. Carlos Alberto Martins (CERH-RN)** observou que o tempo de  
167 discussão de uma proposta de resolução, muitas vezes, demora mais de um ano, muitas vezes  
168 prejudicado pela mudança da composição das câmaras no meio do trabalho. Retornando ao assunto  
169 da pauta, O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** apresentou suas perspectivas de trabalho,  
170 caso seja reconduzido à Presidência da CTAS, em especial sua intenção de concluir a proposta de  
171 resolução sobre proteção e conservação das águas subterrâneas. Ressaltou que apesar da sua  
172 transferência para o segmento OTEP, devido às contingências do momento, não fugiria à sua  
173 origem de usuário, onde atuou por vinte anos e novamente indagou se existiria alguém interessado  
174 em disputar a presidência da CTAS. Não havendo manifestação, apresentou-se como candidato  
175 único, submeteu-se ao julgamento dos membros presentes e foi eleito por aclamação. O **Sr.**  
176 **Fernando Roberto de Oliveira (ANA)** solicitou esclarecimentos sobre a reunião conjunta  
177 CTAS/GT da CTCQA. **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** respondeu que poderia ceder  
178 um espaço da pauta, no período da tarde, para esse fim. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)**  
179 manifestou-se contrária por considerar a proposta ainda imatura no âmbito da CTAS e sugeriu a  
180 próxima reunião. Foi pactuada a data de 23 e 24 de abril para a reunião do GT e 24 e 25 de abril  
181 para a CTAS, com o dia 24 a tarde reservado para a reunião conjunta. Antes de passar ao próximo  
182 item o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** concedeu a palavra à **Sra. Patrícia Boson**  
183 **(Indústrias)** para uma informação extra pauta. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** falou sobre a  
184 entrevista concedida pelo Diretor da SRH/MMA, **Sr. Julio Thadeu Kettelhut**, a respeito do  
185 elaboração marco regulatório do Aquífero Guarani, que lhe causou espanto por não passar pelo  
186 CNRH. Disse que seu primeiro pedido de esclarecimentos sobre o assunto não foi atendido  
187 satisfatoriamente, motivo pelo qual reiterou a solicitação ao Secretário Executivo do CNRH, que  
188 solicitou ao Diretor pautar o assunto para a próxima reunião do Conselho, fato que não ocorreu  
189 porque não entrou na pauta da CTIL, que antecede à Plenária do CNRH. Recomendou ao  
190 Presidente da CTAS buscar o esclarecimento desse assunto, por considerar que a câmara técnica e o  
191 Conselho não poderiam ficar a margem dessa discussão. A **Sra. Cláudia Lima (SRH/MMA)**  
192 esclareceu que o Projeto Aquífero Guarani contou com a criação da Unidade Nacional de Execução  
193 do Projeto-UNEP, que conta com a participação de estados, sociedade civil, universidades,  
194 associações técnicas, entre outros, nomeados por portaria ministerial. Além disso, destacou que  
195 houve diversas apresentações e relatos sobre o Projeto Aquífero Guarani na CTAS e CNRH. Disse  
196 que o projeto prevê a proposição de um marco regulatório a ser submetido ao Governo Brasileiro,  
197 que poderá ou não acatá-lo. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** replicou sua estranheza pela  
198 criação de uma unidade administrativa para estabelecer marco regulatório, não prevista na lei nº  
199 9433/97, a revelia do CNRH. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** retomou a palavra e  
200 informou o registro em ata desse assunto e o convite ao **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)**  
201 para apresentação na reunião prevista para o mês de abril. A seguir informou que o **Item 3 –**  
202 **Aprovação da Ata da 51ª Reunião da CTAS** – estaria prejudicado porque a ata não foi concluída  
203 pelo relator. O Presidente da CTAS, em seguida, passou ao **Item 4 – Breve relato sobre o**  
204 **andamento dos trabalhos do GT da CTCQA do CONAMA**. Considerou o assunto parcialmente  
205 contemplado durante os informes desta reunião e concedeu a palavra à **Sra Patrícia Boson**  
206 **(Indústrias)** que complementou as informações com um relato sobre a atuação do GT e o conteúdo  
207 da proposta de resolução. Disse que todo o material produzido encontra-se disponível na página  
208 eletrônica do CONAMA e recomendou que os membros da CTAS acompanhassem o trabalho.

209 Quanto ao conteúdo da proposta, ressaltou os seguintes pontos: o estabelecimento de classes, que  
210 segundo seu ponto de vista deveriam ser discutidas no SINGREH; o capítulo de condições e  
211 padrões de qualidade, no qual essa questão estaria associada à característica local, onde os estados  
212 deveriam estabelecer esses parâmetros devido às dificuldades para a elaboração de uma resolução  
213 generalística para todo o país; o capítulo das diretrizes para proteção da qualidade das águas  
214 subterrâneas, onde não há comandos para os órgãos ambientais, todos os comandos destinam-se aos  
215 órgãos gestores de recursos hídricos, que em sua opinião significaria uma ingerência do CONAMA  
216 nas competências do CNRH; o capítulo de diretrizes ambientais para o enquadramento, encontra-se  
217 efetivamente de acordo com o objetivo da resolução; o capítulo sobre condições uso e ocupação do  
218 solo, que também considerou polêmico, porque extrapola a atribuição do grupo de trabalho de  
219 estabelecer classes de enquadramento e diretrizes ambientais e, por último, o capítulo das  
220 disposições finais e transitórias, que possui detalhes técnicos minuciosos e complicados, para uma  
221 resolução, como a determinação de hora e local para a coleta de amostras. Recomendou a todos o  
222 membros da CTAS que se prepararem para a reunião conjunta, com o estudo da “*versão suja*” da  
223 proposta de resolução e se dispôs a enviar a análise do Grupo de Minas como subsídio a esse  
224 estudo. A **Sra. Cláudia Lima (SRH/MMA)** discordou da afirmação que a proposta de resolução  
225 somente contém comandos para a área de recursos hídricos. Destacou diversos pontos direcionados  
226 aos órgãos ambientais e de recursos hídricos, o que não considerou como ingerência do CONAMA,  
227 mas diretrizes para executar o enquadramento. Quanto a ouvir o Grupo de Minas, contra a proposta,  
228 ponderou que existem outros grupos favoráveis que também poderiam ser ouvidos. O **Sr. João**  
229 **Carlos Simanke de Souza (OTEP)** comprometeu-se a disponibilizar os endereços eletrônicos do  
230 GT da CTCQA - [http://www.mma.gov.br/port/conama/ctgt/gt.cfm?cod\\_gt=120](http://www.mma.gov.br/port/conama/ctgt/gt.cfm?cod_gt=120) - e do projeto  
231 Aquífero Guarani - <http://www.sg-guarani.org/index/index.php> – para consulta, agradeceu ao relato  
232 apresentado e passou ao **Item 5 – Análise da sugestão da proposta de moção sobre cursos de**  
233 **hidrogeologia**. Esclareceu que a solicitação para inclusão na pauta partiu do **Sr. Sanderson Leitão**  
234 **(MCT)**, membro da CTEM, na reunião anterior, que ficou encarregado de redigir a minuta. A **Sra.**  
235 **Patrícia Boson (Indústrias)** sugeriu a ampliação para curso de hidrometrista, tendo em vista a  
236 escassez desses profissionais no mercado de trabalho. O **Sr. Marcelo Jorge Medeiros**  
237 **(CPRM/MME)** informou que existem cerca de duzentos hidrometristas na CPRM e que a  
238 Companhia tem procurado conciliar a oferta regular desse curso, mas diante das dificuldades  
239 encontradas tem conseguido apenas ministrar curso de um mês, uma vez por ano, que considerou  
240 insuficiente para atender a demanda, apesar da dificuldade de colocação desses profissionais. O **Sr.**  
241 **João Clímaco Soares (ONG)** observou que a câmara técnica deveria debater os detalhes desse  
242 tema, que além da carência de cursos, quando ocorrem são de forma insuficiente, uma vez que não  
243 contemplam a visão social da ciência e a visão social da tecnologia. Afirmou que essa disciplina  
244 não seria ministrada nos cursos de engenharia e na maioria das vezes os técnicos só percebem a  
245 importância dessa visão social após algum tempo de trabalho. Sugeriu incluir disciplina na proposta  
246 com o objetivo de atender à demanda dos novos tempos com a formação de novos técnicos que não  
247 sejam corporativos e fechados, com uma visão limitada do papel que exerce na sociedade.  
248 Entretanto, diante da ausência do autor da proposta e do não encaminhamento da minuta à CTAS,  
249 houve consenso no sentido de oficializar a CTEM para o encaminhamento da matéria. O **Sr. João**  
250 **Carlos Simanke de Souza (OTEP)** atendeu, considerando o adiantado da hora, o pleito de  
251 inversão de pauta e passou ao **Item 7 – Agenda do ano 2007**. Propôs a manutenção do critério de  
252 uma reunião bimensal de dois dias, colheu as diversas sugestões para conciliar as agendas do  
253 participantes da CTAS, além da convocação do Secretário Executivo do CNRH para a Oficina  
254 Detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH e fixou, com o consenso dos presentes, o  
255 seguinte calendário para 2007: 19, 20 e 21/março – Oficina do PNRH, Brasília-DF; 24 e 25/abril –  
256 Brasília-DF; 26 e 27/junho, Brasília-DF, São Luis-MA ou Teresina-PI; 28 e 29/agosto, Brasília-DF,  
257 São Luis-MA ou Teresina-PI, por sugestão do **Sr. João Clímaco Soares (ONG)** que ficou  
258 encarregado da escolha e confirmação do local; 28 a 31/outubro, Gramado-RS, participação no  
259 evento da ABAS; 25 a 29/novembro, São Paulo-SP, participação no evento da ABRH. Concluída a  
260 matéria, às 12h40, com a aquiescência de todos, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**

261 determinou a paralisação dos trabalhos, para o intervalo de almoço, com retorno previsto às 14h00.  
262 No retorno, O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** abriu a palavra, por solicitação, à **Sra.**  
263 **Cláudia Lima (SRH/MMA)** e ao **Sr. Fabrício Cardoso (ANA)** para apresentarem  
264 esclarecimentos a respeito do marco regulatório do projeto Aquífero Guarani. Quanto ao projeto,  
265 informaram que ocorreram quatro apresentações, sendo uma no CNRH, duas na CTAS e uma  
266 CTGRHT. Disseram que se a câmara julgar necessário não haveria nenhum problema em  
267 reapresentar o projeto na CTAS. Especificamente sobre a questão do marco regulatório  
268 esclareceram que por se tratar de um projeto da OEA do qual o Brasil é partícipe, a sua coordenação  
269 internacional encontra-se em fase de conhecimento para a elaboração de uma proposta a ser  
270 submetida à apreciação dos órgãos de recursos hídricos dos quatro países, que poderão acolhê-la ou  
271 não. Ressaltaram que no Brasil esse órgão seria a Secretaria de Recursos Hídricos/MMA que  
272 também atua como a Secretaria Executiva do CNRH. A seguir, o **Sr. João Carlos Simanke de**  
273 **Souza (OTEP)** passou ao *Item 6 – Continuidade das discussões sobre a proposta de Resolução de*  
274 *diretrizes para proteção e conservação das águas subterrâneas* e concedeu a palavra à **Sra.**  
275 **Patrícia Boson (Indústrias)** que apresentou uma análise geral da proposta e sem desmerecer o  
276 trabalho realizado apresentou questionamentos, com a visão de quem leu pela primeira vez.  
277 Primeiramente julgou o texto confuso quanto aos objetivos pretendidos, pela falta de ordenamento  
278 das idéias. Sugeriu a organização do texto com a definição de qual proteção se pretende, em que  
279 situação e qual o instrumento a ser utilizado. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**  
280 apartou e esclareceu a metodologia de trabalho combinada entre todos e a regra estabelecida, com  
281 o intuito de se evitar que a cada reunião o trabalho recomece no primeiro item, sem prejuízo das  
282 correções necessárias na revisão final. Prosseguindo, a **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** concordou  
283 com a metodologia de trabalho, a partir do Art. 6º, mas solicitou permissão para sugerir a  
284 reorganização dos artigos anteriores, no momento oportuno, para o melhor entendimento da  
285 proposta. Diante dos argumentos apresentados o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**, com  
286 a concordância dos presentes, acolheu a sugestão, agradeceu pela contribuição oferecida e colocou  
287 em discussão o Art. 6º. A **Sra. Maria Helena Alves (CESAN)** solicitou esclarecimentos sobre  
288 alguns conceitos e definições contidos no Art. 2º. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**  
289 explicou o processo construtivo da proposta de resolução, as discussões já ocorridas, as propostas  
290 de novas inclusões em itens já discutidos e o artigo referente aos conceitos e definições, a serem  
291 definidos ao final do trabalho. Após os esclarecimentos submeteu a proposta de resolução ao  
292 debate, a partir do Art. 6º, ponto final da reunião anterior. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)**  
293 apontou o relacionamento entre os artigos 5º e 6º e sugeriu a discussão em conjunto desses artigos.  
294 Apresentou seu entendimento acerca da instituição de áreas de restrição e controle pelos órgãos  
295 gestores. O **Sr. Wilson Bonança (Irrigantes)** ilustrou o comentário com o caso concreto em  
296 Ribeirão Preto – SP, no Projeto Piloto do Aquífero Guarani, onde o CBH elaborou os estudos e  
297 estabeleceu por meio da Deliberação 004/06 do CBH-Pardo, áreas de restrição e controle para  
298 captação e uso das águas subterrâneas, inclusive com vistas à proteção das áreas de recarga do  
299 aquífero, a qual foi posteriormente referendada pelo CERH-SP. Discutiu-se se o CBH seria um  
300 órgão gestor de recursos hídricos. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** observou que no CBH não é  
301 possui a atribuição de controle, restrita ao órgão gestor. Sugeriu um artigo específico para tratar  
302 esse assunto. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** disse que o Art. 5º trata da definição  
303 de área de restrição e controle e os artigos 6º e 7º tratam de área de proteção de aquífero. Para o Art.  
304 6º, a **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** comentou sobre conteúdo, as expressões subjetivas do texto  
305 e principalmente na clareza necessária ao texto quando referir-se à área de restrição para proteção  
306 do usuário e área de controle para proteção do aquífero. Sugeriu nova redação. A **Sra. Cláudia**  
307 **Lima (SRH/MMA)** questionou se seria nossa competência determinar situações para os órgãos  
308 gestores. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** constatou a existência de confusão entre os conceitos  
309 área de controle e ação de controle, emergencial e preventiva para os casos de situações específicas,  
310 que necessitam de agentes e instrumentos definidos. Na decorrer da discussão constatou-se o  
311 relacionamento entre os artigos 6º e 7º, o que levou o Presidente da CTAS a análise em bloco desses  
312 artigos. Observou que não poderíamos fugir da estrutura das resoluções do CNRH, mas seria

possível a inclusão das definições e conceitos nos artigos em que são mencionados, com a eliminação do Art. 2º, que em sua opinião seria mais didático. O **Sr. Wilson Bonança (Irrigantes)** comentou sobre a falta de clareza ao Art. 2º, que trata de conceitos e definições. Falou que na boa técnica legislativa a lei estabelece e não define. Disse que a maneira correta de redigir seria estabelecer normas e regras claras aplicadas para todo o país e não se preocupar em definir situações localizadas nessa ou naquela região. Sugeriu a exclusão do Art. 2º e o estabelecimento de conceitos no corpo dos respectivos artigos. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** solicitou a marcação de todo o Art. 2º, quanto à sua exclusão ou não, uma vez que não houve consenso na câmara e prosseguiu com as manifestações sobre os artigos 5º, 6º e 7º. Quanto à sugestão de substituição eliminação dos termos genéricos pela listagem das situações advertiu que seria um procedimento perigoso, porque se em uma listagem de restrições, por exemplo, alguma for esquecida, ela estaria autorizada automaticamente. Nesse momento as **Sras. Patrícia Boson (Indústrias), Maria Helena Alves (Prestadoras) e Cláudia Lima (SRH/MMA)** e os **Srs. Wilson Bonança (Irrigantes), Wilson Azevedo (Pescadores, Turismo e Lazer), Carlos Alberto Martins (CERH-RN), Fabrício Cardoso (ANA) e João Clímaco Soares (ONG)** debateram intensamente sobre a definição das áreas de proteção, restrição e controle, preservação dos ecossistemas, super exploração dos aquíferos, a competência dos conselhos estaduais e dos comitês de bacia, em caso de inexistência desses órgãos ou dos planos de bacia. Após a discussão das sugestões de inserção, exclusão e reagrupamento de textos, os artigos 5º e 7º e seus respectivos parágrafos foram modificados e aprovados. Para o Art. 6º decidiu-se apenas mencionar a necessidade de disciplinar a exploração alternativa, a ser redigido na próxima reunião. Passou-se então ao Art. 8º. A **Sra. Maria Helena Alves (Prestadoras)** propôs a exclusão desse artigo porque não poderíamos imputar somente às concessionárias de abastecimento e saneamento a responsabilidade em relação à questão de água subterrânea, com a isenção dos demais usuários e outras entidades privadas que atuam no abastecimento alternativo, representando a grande maioria de poluidores. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores, Turismo e Lazer)** invocou questão de ordem e propôs o deslocamento deste artigo para o final da resolução, por fugir da sequência lógica do raciocínio desenvolvido. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** ponderou que após a conclusão da discussão a sugestão poderia ser acolhida, se o grupo assim decidisse. Informou que a intenção deste artigo seria controlar as fontes alternativas, como condomínios, hotéis, entre outros e passou a palavra ao **Sr. João Clímaco Soares (ONG)** que observou a distinção entre as concessionárias de serviço público de água e esgoto e as empresas alternativas de abastecimento, que considerou incorreto. Sugeriu a substituição do termo usuários, genérico, por um parágrafo com a explicitação desses usuários. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** discordou do conteúdo desse artigo por transferir aos usuários uma responsabilidade constitucional do Poder Público e sugeriu nova redação. O **Sr. Carlos Alberto Martins (CERH-RN)** disse que esse artigo não teria sentido ou finalidade e apoiou a sugestão para sua supressão. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores, Turismo e Lazer)** reiterou a proposta de deslocamento deste artigo para o final da resolução, por fugir da sequência lógica do raciocínio desenvolvido. O **Sr. Wilson Bonança (Irrigantes)** ressaltou que no Art. 8º estaria evidente a intenção de transferir a responsabilidade do Poder Público aos usuários. Destacou que todas as tentativas de redação não levaram o resultado positivo na finalização de seus termos e, portanto, a matéria demandava mais reflexão e discussão. Ao final do debate houve consenso para a modificação e manutenção do artigo, em combinação com o Art. 11. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** agradeceu a todos pelo empenho e dedicação, encerrou os trabalhos do dia 06 de fevereiro e programou o retorno para o dia 07 de fevereiro às 09h00. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** reiniciou os trabalhos colocando em discussão o Art. 9º. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** perguntou se os artigos 11 e 18 sobre as três zonas de restrição tratariam de metodologia ou critério para a definição do conceito de áreas de proteção de aquífero e como ficaria nos casos de áreas urbanas. Para o caso de áreas urbanas, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** afirmou que esse seria o grande problema a resolver porque, principalmente em São Paulo, essa questão sempre ocorre em áreas urbanas. O **Sr. Carlos Alberto Martins (CERH-RN)** complementou que isso só serviria para aquífero livre, no que foi corroborado pelo **Sr. João Carlos**



365 **Simanke de Souza (OTEP)** que explicou que isso já existe para a água mineral com resolução do  
366 DNPM e que a intenção seria replicar para uniformizar o já consagrado na literatura mundial, com o  
367 estabelecimento de três zonas. A primeira de caráter sanitário para impedir a entrada de animais, a  
368 segunda zona de influência mais próxima e determinada pelo tempo de trânsito para o trabalho de  
369 remediação, de acordo com o tempo entre a poluição e a detecção do fato e a terceira zona para  
370 proteção da área de recarga. A Sra. Patrícia resumiu que foram abordados temas de planejamento,  
371 zonas de proteção da área do aquífero e sugeriu que o próximo assunto a tratar seria a proteção no  
372 ponto de captação e quais as regras a serem cumpridas nesse ponto, da construção à operação,  
373 também abordada no Art. 17. Ressaltou a forma genérica a ser dada ao artigo de modo a  
374 proporcionar a sua aplicação tanto urbana quanto rural, o que não ocorreu na definição das três  
375 zonas, inaplicáveis ao meio urbano. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** ponderou a  
376 necessidade de se prever algum tipo de proteção ao poço, estética, sanitária, contra a poluição e  
377 acesso de animais. Lembrou a existência de normas na ABNT já praticadas pelas empresas do setor.  
378 A **Sra. Maria Helena (Prestadoras)** sugeriu a citação das normas no texto. A **Sra. Cláudia Lima**  
379 **(SRH/MMA)** informou as normas NBR nº 12212, para projetos e NBR nº 12244 para construção,  
380 observou que tais normas não possuem força de lei e a citação sugerida deveria ser apenas uma  
381 referência e não a explicitação das normas, número e data, devido às suas atualizações e mudanças.  
382 O **Sr. Carlos Alberto Martins (CERH-RN)** considerou sem propósito a inclusão de zonas de  
383 proteção na proposta de resolução, por diversas razões que elencou. Sugeriu a supressão dos artigos  
384 sobre esse assunto. A **Sra. Maria Helena Alves (Prestadoras)** teceu comentários sobre o Art. 9º  
385 (versão 10-11-2006) e seus incisos I, II e III, concluindo pela sugestão de supressão desses incisos.  
386 Após as ponderações dos presentes e as diversas tentativas de redação, acordou-se pela redação  
387 final do Art. 7º, pela supressão do Art. 9º por estar previsto no Art. 11 da Resolução nº 15 e seus  
388 incisos I, II e III por estarem contemplados nos artigos 5º e 6º desta proposta de resolução. O **Sr.**  
389 **João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** passou então ao Art. 10 relacionado ao tratamento das  
390 informações resultantes do programa de monitoramento, após as contribuições dos participantes  
391 optou-se pela redação e renumeração (Art. 12 versão 06-02-2007). Prosseguindo na análise da  
392 proposta, a discussão do Art. 11 que dispõe sobre a exigência de estudos hidrogeológicos antes da  
393 instalação resultou em nova redação combinada com o Art. 8º (versão 06-02-2007). O Art. 12  
394 sobre a abrangência dos estudos hidrogeológicos foi transformado no parágrafo único do Art. 11  
395 (versão 06-02-2007). Neste ponto, às 12h30 o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**  
396 interrompeu os trabalhos para o intervalo de almoço. No retorno, às 13h30, passou-se à discussão  
397 do Art. 13 que aborda áreas de disposição e lançamento de resíduos sólidos resultando na sua  
398 supressão, por ser de competência do órgão ambiental. O Art. 14 sobre a instituição de cadastro  
399 pelos órgãos gestores estaduais e municipais foi renumerado para Art. 13 (versão 06-02-2007) e sua  
400 análise postergada para a reunião prevista para os dias 24-25 de abril. O Art. 15 recebeu nova  
401 redação e foi renumerado para Art. 10 (versão 06-02-2007) com a observação de referir-se à  
402 barragens subterrâneas. Na análise do Art. 16 referente à recarga artificial, o **Sr. João Carlos**  
403 **Simanke de Souza (OTEP)** esclareceu que ainda não existe experiência nessa tema. A **Sra.**  
404 **Patrícia Boson (Indústrias)** informou que a PETROBRAS possui sistemas de injeção, mesmo  
405 sem a existência de regulamentação da atividade. Questionou se esse seria momento para propor  
406 essa definição e sugeriu a redação para o artigo. A **Sra. Maria Helena (Prestadoras)** indagou se os  
407 casos de lançamentos de água residual da ETA no corpo d'água, com a presença de aquífero. O **Sr.**  
408 **João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** respondeu que esse caso seria tratado como água de  
409 superfície. Após todas as opiniões serem emitidas foi decidida a incorporação desse artigo ao inciso V  
410 do Art. 11 (versão 06-02-2007) com nova redação. O Art. 17 fora discutido anteriormente e  
411 incorporado à nova redação do parágrafo único do Art. 11 (versão 06-02-2007). A **Sra. Patrícia**  
412 **Boson (Indústrias)**, conforme combinado no início da análise deste item da pauta, repassou suas  
413 sugestões de redação para o Art. 12 (versão 06-02-2007), assim como as demais correções relativas  
414 aos artigos anteriormente analisados. Após as exclusões, modificações, inserções e reordenamento  
415 dos artigos da versão resultante da 51ª Reunião da CTAS realizada em Curitiba, em 10/11/2006,  
416 obteve-se a nova proposta de resolução, ainda com pendências a serem resolvidas, conforme o



417 Anexo I desta ata. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** esclareceu àqueles que não  
418 acompanharam os dois dias da reunião, todo o processo de revisão e reordenamento realizado, o  
419 grande avanço alcançado, a perspectiva de conclusão desse trabalho prevista para a reunião dos dias  
420 24-25 de abril e a revisão final para a reunião programada para o mês de junho. Concluída essa  
421 etapa, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** considerou que o **Item 8 – Comunicados da**  
422 **Presidência** fora atendido durante os informes iniciais da reunião, passou ao **Item 9 – Assuntos**  
423 **gerais** e abriu a palavra aos presentes. A **Sra. Cláudia Lima (SRH/MMA)** informou a realização  
424 do I Congresso sobre o Aquífero Guarani em dezembro de 2006, a perspectiva de conclusão e  
425 publicação de seus anais brevemente, em meio magnético, para distribuição a todos os interessados.  
426 **Item 10 – Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza,**  
427 Presidente da CTAS, agradeceu a presença de todos, lembrou os dias 19, 20 e 21 de março de 2007  
428 como data para a realização da 53ª reunião da CTAS, em Brasília/DF, para participação na Oficina  
429 Detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH e deu por encerrada a 52ª reunião às  
430 16h30, de onde se extraiu esta ata que após ser lida e aprovada pelos membros participantes da  
431 próxima reunião da CTAS será assinada pelo Presidente e pelo Relator da Câmara Técnica de  
432 Águas Subterrâneas.

433  
434 **ATA APROVADA NA 54ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2007.**

435  
436  
437 **JOÃO CARLOS SIMANKE DE SOUZA**  
438 **Presidente da CTAS**

439  
440  
441 **AURELIANO CESAR MARTINS SILVA**  
442 **Relator interino da CTAS**